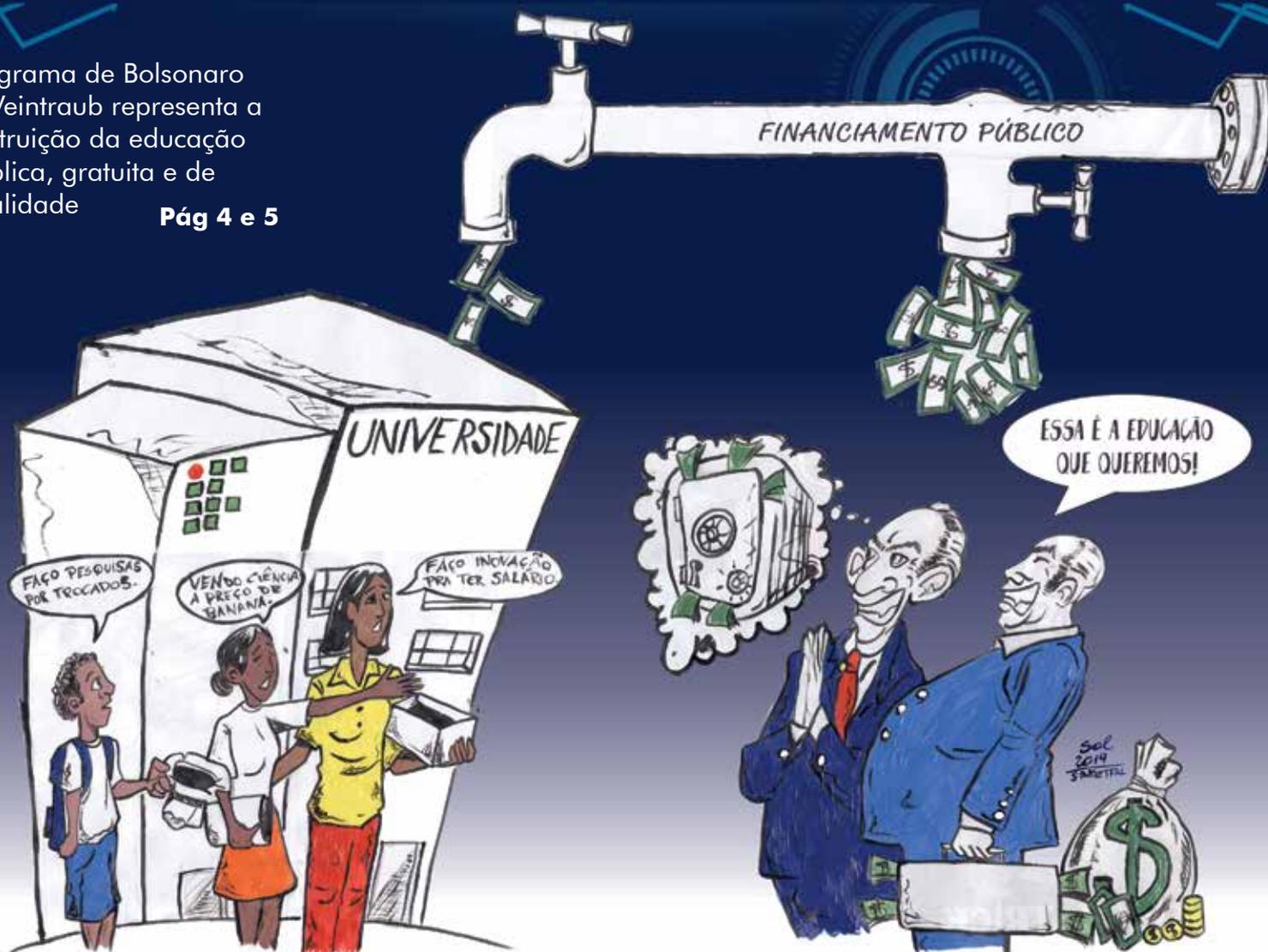


FUTURO-SE

UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS SEM RECURSOS E A SERVIÇO DO MERCADO

Programa de Bolsonaro e Weintraub representa a destruição da educação pública, gratuita e de qualidade

Pág 4 e 5



**13 DE AGOSTO:
DIA NACIONAL DE
LUTAS E GREVES**

Pág 3

**JURÍDICO VENCE
AÇÃO EM FAVOR DO
AUXÍLIO-CRECHE**

Pág 6

**IFAL É CONDENADO
POR USO POLÍTICO
DE PAD**

Pág 8

Lutas

Greve Geral paralisa todo o Ifal e leva mais de 20 mil às ruas de Maceió

Os/as servidores/as do Instituto Federal de Alagoas paralisaram as atividades da instituição na Greve Geral do dia 14 de junho e se juntaram às demais categorias no grande ato, que reuniu cerca de 20 mil pessoas em Maceió, contra os cortes na educação e contra a Reforma da Previdência.

Os/as trabalhadores/as atenderam à convocatória do Sintiefal e aderiram à Greve, deixando diversos câmpus do Ifal e a reitoria completamente esvaziados. Além do ato em Maceió, os/as sindicalizados participaram dos atos em Arapiraca, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, Penedo e Delmiro Gouveia.

Em mais de 360 cidades do Brasil foram registradas manifestações, paralisações, piquetes e ações de protesto em defesa da aposentadoria, reivindicando mais empregos e em defesa da educação pública.

A Greve Geral foi um sucesso que foi embalado pelos tsunamis da educação dos dias 15 e 30 de maio. O Sintiefal esteve presente nas duas datas fortalecendo a luta em defesa de uma educação pública, crítica e gratuita.

O movimento estudantil e os trabalhadores da educação e de diversas categorias demonstraram sua força na luta contra os cortes que o ministro da Educação de Bolsonaro, Abraham Weintraub, aplicou no orçamento dos Institutos e Universidades Federais.

O Governo Bolsonaro está cada vez mais demonstrando ser inimigo do povo trabalhador do Brasil. É preciso construir uma nova Greve Geral para barrar os desmontes dos direitos previdenciários e a privatização dos Institutos e Universidades Federais que Bolsonaro quer entregar para privilegiar os bancos e o mercado financeiro.



Em Maceió e mais cinco cidades ocorreram passeatas no 14j

Contra a política de endividamento do Governo Renan Filho

O Sintiefal esteve presente, no calçadão do comércio, dia 17 de julho, no ato contra a política de endividamento e sucateamento dos serviços públicos do Governo Renan Filho. A atividade foi convocada pelo Núcleo Alagoano da Auditoria Cidadã da Dívida e diversas organizações sindicais.

A data remete ao simbolismo do ano de 1997, no qual os/as servidores/as públicos/as, após 8 meses de salários atrasados, e a população alagoana derrubaram o Governo Surruagy e sua política econômica de endividamento.

22 anos depois, o governo do estado volta a praticar a irresponsá-

vel política de endividamento. Em 2018, o governo pegou emprestados R\$ 620 milhões do Banco do Brasil e realizou a renúncia fiscal de R\$ 760 milhões, além de não reivindicar cerca de R\$ 4 bilhões da Lei Kandir. Este ano, está em operação novo empréstimo, dessa vez externo, superior a R\$ 700 milhões.



Greve dos/as jornalistas conquista vitória histórica em Alagoas

Os/as jornalistas/as alagoanos/as deram uma demonstração de força e organização dos/as trabalhadores/as. A greve, que durou 9 dias, contra a proposta de redução em 40% do piso salarial, feita pelos donos das emissoras de televisão do estado, conquistou uma vitória, não só para a categoria, mas também para a classe trabalhadora.

O Sintiefal esteve presente e em apoio à greve dos jornalistas compreendendo que a redução salarial

do piso da categoria abriria precedente para ser praticada contra outros setores, inclusive os servidores públicos.

No julgamento do dissídio coletivo da categoria, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, os/as desembargadores/as votaram contra a redução do piso da categoria e ainda determinaram o reajuste de 3%, a ser implementado em quatro parcelas.

Expediente

Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Educação Básica e Profissional no Estado de Alagoas - SINTIETFAL
CNPJ 35.745.645/0001-38

Rua França Morel, 136 - Centro. Maceió/AL

3223.6265

SINTIETFAL.ORG.BR

@SINTIETFAL

SINTIETFAL@SINTIETFAL.ORG.BR

Jornalista Responsável: Ésio Melo - MTE/AL 1509
Estagiária: Thainá Martiliano
Tiragem: 2000 exemplares

Resumo Financeiro

- Mar / Mai -

1. Receita total	+R\$ 610.454,80
2. Despesa total	-R\$ 180.763,67
2.1 Folha (pessoal)	- R\$ 69.035,07
2.2 Gerais	- R\$ 90.210,48
2.3 Administrativas	- R\$ 16.483,91
2.4 Manutenção/serviços-	R\$ 5.034,21
3. Saldo	+R\$ 429.691,13

Balancete completo disponível em nosso site

Todos às ruas!

13 de agosto: Dia Nacional de luta em defesa da educação e contra a Reforma da Previdência

Após o sucesso da Greve Geral, entidades convocam novo tsunami pela educação, empregos e aposentadoria para o dia 13 de agosto

Para barrar os ataques à educação, a Reforma da Previdência e os desmandos do governo de extrema-direita do Bolsonaro, a classe trabalhadora e a juventude voltam a ocupar as ruas de todo o Brasil no próximo 13 de agosto, Dia Nacional de Mobilizações, Paralisações e Greves em Defesa da Educação e Contra a Reforma da Previdência.

Em Maceió, a manifestação está marcada para as 8 horas, com percurso do CEPA até o Palácio do Governo de Alagoas.

Essa data foi convocada inicialmente pelas entidades do setor educacional, como uma nova Greve Nacional da Educação, e teve a imediata adesão das Centrais Sindicais e das Frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular.

O movimento estudantil e sindical espera despertar um novo tsunami da educação ainda maior do que o que tomou as ruas nos dias 15 e 30 de maio, logo após o corte de 30% das verbas das universidades e institutos federais.

“O governo não apenas mantém o bloqueio de R\$ 5,8 bilhões da educação como também anunciou um pro-



20 mil manifestantes ocuparam Brasília em defesa da educação

grama que quer colocar as instituições federais a serviço do mercado, comercializando o conhecimento que deveria ser público e de interesse social”, afirmou Hugo Brandão, presidente do Sintietfal.

O Future-se é a nova ideia de Bolsonaro e de seu Ministro da Educação, Abraham Weintraub, para acabar de vez com a educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada e torná-la um produto no mercado.

Sintietfal participa de ato em Brasília

Milhares de estudantes, trabalhadores e trabalhadoras de todo o País ocuparam Brasília no grande ato do 12 de julho, Dia Nacional de Mobilização contra a Reforma da Previdência e em Defesa da Educação.

A mobilização reuniu cerca de 20 mil manifestantes, sendo sua maioria a juventude presente no 57º Congresso da União Nacional dos

Estudantes (Conune). O Sintietfal também marcou presença neste ato.

“Os/as estudantes mostraram força e disposição de luta, enchendo as ruas de Brasília para defender a educação e a aposentadoria. O ato também mostrou a necessidade de prosseguir a luta contra a Reforma da Previdência”, afirmou Yuri Buarque, diretor do Sintietfal presente na mobilização.

A luta em defesa da aposentadoria continua!

No dia 10 de julho, o texto-base da Reforma da Previdência (PEC 06/2019) foi aprovado em primeiro turno na câmara dos deputados, por 379 votos a favor e 131 contrários, iniciando o processo de desmonte da aposentadoria dos/as trabalhadores.

Mesmo com mudanças parciais, fruto da pressão social, como a retirada da capitalização, a crueldade do projeto se mantém: idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para

mulheres, 60% do salário para tempo mínimo e 40 anos de contribuição para a aposentadoria integral, entre outros.

Essa aprovação se deu graças à compra por parte do Governo Bolsonaro de deputados/as federais, oferecendo R\$ 40 milhões em emendas parlamentares por voto favorável à Reforma.

Entretando, a luta contra o fim

da Previdência Pública não acabou! Para se alterar a Constituição Federal, a PEC ainda precisa ser aprovada em segundo turno na câmara antes de seguir para ser votada também em dois turnos no Senado para ter a sanção presidencial.

Por parte do governo, a velha política de comprar votos com emendas e o perdão de dívidas milionárias dos ruralistas e empresários, a pedido da bancada do boi. De

outro lado, os movimentos sociais, sindicais e a juventude continuam se mobilizando para ocupar às ruas em defesa dos/as trabalhadores e da aposentadoria.

Além do dia 13 de agosto, Dia Nacional em Defesa da Educação e contra a Reforma da Previdência, as Centrais Sindicais já discutem uma nova greve geral para parar o país e derrotar Bolsonaro e seu projeto de destruição de direitos.

Future-se

Bolsonaro quer acabar com a Universidade e o Instituto Federal público, gratuito e de qualidade

O governo Bolsonaro, através do Ministro da Educação, Abraham Weintraub, apresentou o Future-se, programa que pretende destruir a educação pública, gratuita, laica, universal e de qualidade socialmente referenciada nas Universidades e Institutos Federais.

O “Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras” submete completamente a produção de conhecimento aos interesses do Mercado e não mais às necessidades da sociedade. Altera também os eixos históricos que sustentam o caráter público e socialmente referenciado das instituições.

Encoberto por um discurso de oferecer “autonomia financeira” às universidades, institutos federais e CEFETs, o Future-se, apresentado pelo MEC no dia 17 de julho, propõe a captação de recursos junto ao setor privado e com gestão feita por Organizações Sociais. O programa está dividido em três eixos: Gestão, Governança e Empreendedorismo; Pesquisa e inovação; e Internacionalização.

“A gente não está acabando com a universidade pública e muito menos privatizando. Estamos, sim, dando mais liberdade”, afirmou Weintraub em entrevista ao portal Uol.

Embora o Governo negue, a sua proposta é mercantilizar a educação e torná-la “rentável”. Para isso, retira a autonomia universitária e acaba com o tripé ensino-pesquisa-extensão nas Instituições, foca na prestação de serviços remunerados e comercialização de bens e produtos, incentiva a cobrança de matrículas e mensalidades na pós-graduação, privatiza o patrimônio público, permite contratação sem concurso público, entre outros absurdos.



Tudo isso no momento em que o governo se nega a devolver o recurso público bloqueado das Universidades e Institutos Federais, implicando a possibilidade da paralisação do funcionamento da educação federal até o mês de setembro.

Caso o Future-se seja aprovado, combinando os cortes na educação com cobrança de mensalidade, o governo terá constituído a base para não ser mais obrigado a realizar investimentos mínimos na educação.

“Governo elegeu a educação como inimiga. Propaga que as universidades e institutos são focos de ‘balbúrdia’ e possuem baixo desempenho. Tudo uma grande mentira para acabar com a obrigação constitucional de o Estado oferecer educação pública qualidade. O projeto poderia se chamar future-se ou vire-se, dando um recado claro que a educação precisa ser mercadoria para continuar a existir”, afirmou Hugo Brandão, presidente do Sintiefal.

A minuta do projeto de lei do programa pretende mudar trechos de 16 leis atualmente em vigor, in-

cluindo alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, a lei que trata dos fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e regras para isenção tributária de importações e deduções do imposto de renda.

Conhecimento como mercadoria

Com o discurso de encontrar “soluções inovadoras para lidar com a limitação de recursos”, o programa do MEC quer que as universidades e institutos federais comercializem o conhecimento e direcionem a pesquisa para o capital. Uma grande ameaça à autonomia pedagógica.

Para o Governo Bolsonaro, estudantes e servidores das universidades deverão ser empreendedores, captadores de recursos, e os projetos terão como foco atrair investidores e não a produção de conhecimento para o desenvolvimento de políticas sociais.

“Empresas internacionais que-rem explorar a biodiversidade da

Amazônia cientificamente, ou mesmo empresas nacionais, como Boti-cário e Natura”, justificou Weintraub, em entrevista ao UOL, como uma possibilidade de financiamento da Universidade Federal do Oeste do Pará, que possui sede em Santarém, na região Amazônia.

De outra forma, áreas com menos potencial para a “venda de serviços” serão estranguladas, sucateadas e, ao fim, extintas.

Fim do tripé da educação

Da mesma forma, o ensino não tem espaço no Future-se, todas as medidas têm como enfoque a extensão e a pesquisa que gerem lucro. Com isso, o governo deve desmontar o desmonte do tripé que sustenta a lógica de produção de conhecimento socialmente referenciado, colocando em risco diversos projetos que atendem a população, em especial as parcelas mais vulneráveis da sociedade.

“A educação tem um enorme papel transformador em diversas comunidades através de ações de extensão. Mas isso não dá lucro e, por isso, o futuro que esse governo fascista pretende é afastar a universidade e o instituto federal do povo pobre, trabalhador”, completou Brandão.

Organizações Sociais de direito privado

Um dos principais pontos do Future-se é o seu funcionamento a partir de uma Organização Social, de caráter privado, com autorização para atuar na política de ensino, pesquisa e extensão e entre outras funções, realizar “gestão dos recursos relativos a investimentos em empreendedorismo, pesquisa, desenvolvimento e inovação” e “auxiliar na gestão patrimonial dos imóveis das Ifes”.

Essas OSs terão acesso ao patrimônio de toda a universidade e poderão utilizá-lo, inclusive, para fazer especulação financeira e imobiliária, como forma de garantir o enriquecimento de empresários através do uso dos recursos públicos.

Pior, o programa ainda libera que as tais OSs possam ser contratadas sem o devido processo público de licitações ou outros mecanismos de controle social.

Privatização do conhecimento e do patrimônio

O Future-se prevê que a União e as Instituições de Ensino doem prédios públicos para as OSs. Prevê também intervir na gestão patrimonial das Ifes mediante cessão de uso, concessão, comodato, fundo de investimentos imobiliários, realização de parcerias público-privadas, entre outros mecanismos.

Em outro ponto, o programa prevê a concessão legal para empresas nomearem com suas marcas câmpus e edifícios, os chamados “naming rights”, além da criação de ações de cultura que possam se inscrever em editais de fomento, como a Lei Rouanet.

Além disso, para a constituição do Fundo do programa, as universidades e institutos federais podem cobrar matrícula e mensalidade de pós-graduação, vender serviços, bens e produtos, alienar ou alugar prédios, explorar direitos de propriedade intelectual, ou seja, privatizar o conhecimento e o patrimônio das instituições.

Precarização da carreira

O Future-se quer liberar a contratação de professores/as universitários/as sem concurso, via CLT, por meio das OSs. Esses/as novos/as trabalhadores/as serão vinculados a elas, não terão estabilidade, nem plano de carreira e estarão sujeitos a todas as condições de trabalho da iniciativa privada.

Dessa forma, a luta por data-ba-se e em defesa do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) e do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) sofrerá reveses ainda maiores, pondo carreiras específicas, gratificações e funções em processo de extinção.

Como forma de encobrir esses ataques, o governo indica possibilidade de remunerações extraordinárias sem caráter salarial e sem recolhimento previdenciário, como forma de comprar apoio de parte dos trabalhadores em educação. Propaganda que os professores universitários poderão “ficar muito ricos”.

No entanto, omite que, para isso, deixarão de ser professores/as e se tornarão prestadores/as de serviços para empresas ou eles/as mesmos/as serão empresários/as, que utilizarão da estrutura da universidade (laboratórios, alunos e materiais) para ganhar dinheiro ao invés de desenvolver ensino, pesquisa e extensão de interesse público e social.

Fim da autonomia universitária

As reitorias que aderirem ao Future-se serão obrigadas a trabalhar com a organização social a ser contratada pelo MEC, adotando sistema de gestão indicado pelo ministério, com detalhes que ainda não foram apresentados.

A proposta do governo prevê intervenção na gestão financeira e na governança das Ifes. “A governança abrange os processos de administração dos recursos e a capacidade de planejar, formular e implementar políticas, visando à melhoria da gestão, à sustentabilidade do desenvolvimento e ao melhor manejo dos recursos”.

Outro ataque que está oculto no projeto é a criação do Comitê-Gestor que, entre outras prerrogativas, irá definir critérios para “participação no processo eleitoral dos reitores”. Isso representa rasgar os estatutos



Assembleia na UFPA dá exemplo de resistência em defesa da educação

das Ifes e impossibilitar qualquer proposta de democratização da vida acadêmica.

Além disso, a autonomia pedagógica e institucional estará ameaçada pois o Comitê-Gestor do programa terá, entre suas funções, segundo o projeto de lei: “i.Direcionamento das ações para a busca de resultados para a unidade acadêmica e para a sociedade, encontrando soluções inovadoras para lidar com a limitação de recursos” e a “iii.Incorporação de padrões elevados de conduta para orientar o comportamento dos agentes públicos”.

EAD e precarização do trabalho docente

Seguindo a tendência das faculdades privadas que precarizam o trabalho docente e enxugam o quadro de servidores/as, o Future-se quer substituir disciplinas presenciais por a distância. Essa é uma forma de não fazer concursos e repor os/as docentes que se aposentam.

Ao invés de assumir diretamente isso, o governo desqualifica a categoria docente das Ifes e diz que o programa vai dar opção ao aluno de estudar disciplinas em Harvard. “Em vez de ter aula com um professor que está lá, desatualizado, não preparou as aulas, não fez a coisa como deveria fazer, que acontece --existe um percentual de professores que não pre-

para aula. Ele [aluno] pode ter uma aula em Harvard, passa no exame e comprova que tem o conhecimento daquela matéria”, afirmou o ministro da educação em entrevista ao Uol.

Projeto antidemocrático

Mesmo que o governo apresente Consulta Pública ao projeto até o dia 17 de agosto, o Future-se é antidemocrático, pois não representa um acúmulo de debates no seio das universidades e institutos federais. Não foi discutido com nenhum gestor da educação. Ele é o anseio apenas do mercado para lucrar com a educação. Como já disse o próprio Ministro, apesar de estar aberta consulta à comunidade, a decisão final caberá aos/as deputados/as.

A adesão voluntária também é uma grande mentira. O governo retira os recursos da educação e deve chantagear todas as universidades e institutos federais para aderir ou ficar sem condições de manutenção das atividades acadêmicas.

Cabe aos/as estudantes, professores/as TAE s e defensores/as da educação a luta contra a destruição das instituições federais de ensino. “Nós temos uma tarefa de resistir a esse projeto, organizar novos tsunamis e tomar as ruas em defesa da educação”, concluiu Hugo Brandão, presidente do Sintietfal.

Nas bases

Novo estatuto do Sintietfal é pauta de rodada de AGEs nos Câmpus

O Sintietfal iniciou no dia 5 de junho sua rodada de Assembleias Gerais Extraordinárias. As AGEs já percorreram mais de dez Câmpus do Instituto Federal de Alagoas e até o fim de agosto conclui as demais unidades de ensino.

Entre as pautas das AGEs, está a aprovação do novo estatuto da entidade sindical, com as alterações que foram propostas durante o Congresso Estadual do Sintietfal, realizado em novembro de 2018.

Destacam-se entre as modificações estatutárias, a mudança de nome para Sinasefe Alagoas, mantendo-se sindicato autônomo e com carta sindical própria, filiado ao Sinasefe Nacional; e a composição da diretoria.

De acordo com a proposta, os/as diretores/as passarão a se chamar coordenadores/as, os cargos de presidente e vice-presidente e secretário-geral serão substituídos por três Coordenadores Gerais, será criada a



Mudanças estatutárias estão sendo aprovadas em Assembleias

diretoria de políticas para as mulheres e combate às opressões, e a diretoria municipal terá dois coordenadores em cada câmpus.

Para que as propostas de alteração no Estatuto possam ser validadas, elas precisam ser votadas em Assembleia com a presença de 1/3 dos/as filiados/as ao Sintietfal na soma de todas as Assembleias e, para deliberação, exige-se a concordância de dois terços dos presentes.

Em defesa da Educação e da Aposentadoria

Além de votar das mudanças estatutárias, o Sintietfal promove as assembleia no intuito de aproximar a base ao sindicato. Com isso, entre as pautas também estão o debate sobre a conjuntura local e nacional, que aborta os ataques do Governo à Rede Federal de Ensino, e a luta contra a Reforma da Previdência.



INFORME JURÍDICO

Auxílio-creche

Em ação movida pelo Sintietfal, a Justiça Federal condenou o IFAL a restituir os valores descontados nos últimos cinco anos de uma servidora filiada como contrapartida da concessão do custeio da assistência pré-escolar, também conhecida como auxílio-creche.

“Julgo procedentes os pedidos para condenar o IFAL a ressarcir à parte autora os valores descontados a título de auxílio-escolar nos cinco anos anteriores à propositura desta ação (22/04/2019), corrigidos monetariamente e com juros de mora, ambos pela taxa SELIC, a contar de cada desconto indevido”, decidiu o Juiz da 14ª Vara, Ângelo Cavalcanti Alves de Miranda Neto.

No processo de número 0511969-29.2019.4.05.8013T, o Juízo explicou que a “Administração não pode exigir de servidores federais beneficiários da assistência pré-escolar, direta ou pecuniária, qualquer participação financeira, devendo restituir todos os valores recebidos a esse título”.

A sentença, publicada no dia 5 de julho, invalidou a cobrança de cota-parte da servidora no custeio da assistência pré-escolar, sob a justificativa de que a Constituição garante gratuidade do ensino infantil e que essa verba paga pelo governo é de caráter indenizatório.

A ação foi impetrada pelo escritório jurídico do Sintietfal, Clênio Pacheco Franco. Para ingressar com ação semelhante, o/a servidor/a deve procurar o auxílio na sede do sindicato todas as terças-feiras, das 9h às 12 horas.

Mais de 600 pessoas marcam presença no IV Arrastapé

A quarta edição do Arrastapé do Sintietfal foi um sucesso. A comemoração junina contou com muito forró, alegria e comidas típicas, levando centenas de sindicalizados/as ao Clube Fênix Alagoana, no dia 15 de junho.

Com o tema “Não bula não, na aposentadoria e na liberdade de expressão!”, a festa serviu de momento de confraternização da categoria para recarregar as energias após a Greve Geral do dia 14 de junho, que parou o Brasil em defesa da Previdência Pública e contou com ampla participação dos/as servidores/as do Ifal.

Os/as presentes no festejo junino se animaram com o batuque da Ban-



da Afro Dendê e ocuparam a pista de dança ao som do forrozeiro Zé Maravilha, e com direito a quadrilha improvisada. Além das comidas típicas, a festa contou com bebidas, salgados, churrascos, sorteio de brindes e um espaço kids.

“É uma satisfação poder reunir uma grande parte dos/as nossos/as filiados/as neste evento. É importante frisar que tudo isso só é possível por conta da sindicalização”, disse Elaine Lima, Diretora de Comunicação do Sintietfal.

Educação

Enem confirma Ifal como referência educacional em Alagoas

Oito unidades do Ifal aparecem entre as 10 melhores notas de escolas públicas do Estado. Câmpus Arapiraca é o melhor colocado

O Instituto Federal de Alagoas alcançou resultados bastante positivos com relação à nota dos estudantes no último Exame Nacional do Ensino Médio. Oito das 10 melhores notas na rede pública foram de câmpus da Instituição. Na média geral, incluindo a rede particular, o câmpus Arapiraca ficou em 6º e o câmpus Maceió em 8º.

Na lista das 10 melhores notas de escolas públicas, além dos câmpus Arapiraca e Maceió, completam a lista os câmpus de Palmeira dos Índios, Penedo, Santana do Ipanema, Maragogi, Marechal Deodoro e Coruripe.

Apesar de o objetivo da Instituição ser ofertar educação profissional e tecnológica formando e qualificando cidadãos, por ser um ensino completo e de qualidade os estudantes acabam tendo sucesso também em provas como o Enem.

“Nosso foco não é o Enem, é a formação profissional, mas o bom resultado acaba sendo a consequência de um trabalho coletivo. É o mérito do trabalho dos professores, taes, tercerizados e alunos. Sobre tudo dos nossos alunos, que são bem interessados.”, disse o professor de história do câmpus Arapiraca, Rodrigo Abraão.

Para o docente, os Institutos se destacam em diversas provas nacionais, internacionais e olimpíadas por haver investimentos na qualidade da educação pública.

“Esse resultado é a prova de que investir na Rede Federal não é um gasto e sim um investimento. A gen-

te prova que o dinheiro do contribuinte tá voltando na boa qualidade através do ensino, pesquisa e extensão. Não só isso, Arapiraca se destaca também na produção da pesquisa e extensão”, completou o professor.

A nota média nas provas objetivas do Ifal Arapiraca foi de 580,95. Em Matemática, a nota média dos alunos foi de 616,78; em Ciências Humanas, foi de 588,32; em Ciências da Natureza, 560,78; e em Linguagens, 557,94. Já a nota média de redação foi de 683,46.

Luta pela existência

Apesar do sucesso que é a Rede Federal, o governo Bolsonaro ameaça a continuidade da oferta de uma educação pública, gratuita e de qualidade em Alagoas, inclusive na melhor escola pública, em Arapiraca. No Ifal, os cortes chegaram a 36,89% da verba de custeio, destinada para as despesas relacionadas ao funcionamento da instituição.

Com isso, os câmpus têm realizado apenas as “despesas estritamente necessárias ao funcionamento e a manutenção das atividades acadêmicas” e suspenderam todos os eventos integradores, diversas visitas técnicas e a participação de servidores e alunos em eventos.

“Os cortes ameaçam o funcionamento da instituição. O verbo economizar está em alta, é energia, transporte, diária, etc. A gente tem que estar lutando sempre. Nas manifestações das datas nacionais, o câmpus Arapiraca aderiu à luta como forma de garantir a qualidade da



educação que vem sendo oferecida”, completou o professor de história.

O Ifal começou as atividades em setembro de 2010 em Arapiraca. Atualmente, atende a comunidade do município e de quase 20 cidades vizinhas. São 602 alunos matriculados no ensino médio integrado e no

curso subsequente noturno. Além disso, oferece duas pós-graduações para mais 113 alunos. O câmpus também promove Educação a Distância, cursos pelo Pronatec e Mulheres Mil, além de atividades de Pesquisa e Extensão.

Bolsonaro nomeia reitor do Ifal, mas não respeita o processo democrático em outras Ifes

O Presidente da República, Jair Bolsonaro, nomeou o professor Carlos Guedes, eleito no processo democrático em dezembro de 2018, para o cargo de reitor do Ifal para o quadriênio 2019-2022. Mas esse cenário não é a realidade em outras instituições federais de ensino, no qual o governo ignorou o resultado das eleições e nomeou reitores ilegítimos, por seu interesse.

No Ifal, o reitor eleito foi nomeado dois meses após o prazo limite. A antiga gestão, do professor Sergio Teixeira, chegou a ser prorrogada pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Já na Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Bolsonaro empossou o segundo colocado nas eleições para o cargo de reitor da instituição, deixando de fora o candidato vencedor, o professor de filosofia e ciências sociais Fábio Fonseca.

Na Universidade Federal de Grande Dourados, o governo ignorou o resultado das eleições realiza-

das em 2018, não deu posse ao candidato vencedor e nomeou, de maneira pro tempore, a professora Mirlene Ferreira Macedo Damázio. A reitora de Bolsonaro nem chegou a disputar as eleições da universidade, mas tem proximidade com a chapa perdedora.

“Nas duas situações, Bolsonaro demonstrou não ter nenhum respeito ao rito democrático, à autonomia universitária e ao desejo da comunidade acadêmica das Instituições. Fez suas escolhas com base ideológica, nomeando pessoas por simpatizar com seu governo e defender seus ideais opressores e de ataque à Educação Pública”, afirmou o diretor de comunicação, Ederson Matsumoto, o Japa.

Caso semelhante aconteceu na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, para a qual, apesar de a comunidade ter eleito o professor Leonardo Villela de Castro, Bolsonaro nomeou Ricardo Silva Cardoso que não se submeteu à consulta eleitoral e, através de um golpe, teve seu nome à frente da lista tríplice elaborada pelo conselho superior da Unirio.

Entrevista

“Eles usavam o PAD como forma de intimidar e de nos calar”

Justiça reconhece uso político de PAD e define pagamento de indenização por danos morais para a servidora Elizabete Patriota

A 14ª Vara da Justiça Federal condenou o Ifal a indenizar por danos morais a pedagoga e ex-diretora do Sintietfal, Elizabete Patriota. A servidora foi alvo de perseguição da gestão do Instituto, sendo utilizado contra ela um Processo Administrativo Disciplinar que chegou a pedir sua demissão e de outros três servidores do Ifal.

A decisão da justiça sai cinco anos após o episódio que ensejou o PAD, quando pais de alunos agrediram lideranças sindicais no câmpus Satuba durante uma manifestação pacífica de greve. “A mera duração do PAD, que superou 3 anos, é indicativo fortíssimo de que este fora sim utilizado como meio de perseguição”, afirmou o Juiz Ângelo Cavalcanti Alves de Miranda Neto em sua sentença.

Em entrevista ao Informativo do Sintietfal, Patriota destaca os anos de perseguição política sofridos pela gestão do Ifal, a rede de solidariedade em defesa dos/as servidores/as e a esperança de que a decisão da justiça sirva de combate ao assédio moral existente no Instituto.

Ascom: Como você vê a decisão do judiciário diante do caso de perseguição política?

EP: Eu me senti e me sinto indignada ainda, apesar do reconhecimento do judiciário da culpabilidade do Ifal. A decisão também nos dá um sopro de esperança no sentido de que as pessoas não se acomodem, não se verguem às gestões que querem perseguir por perseguir. Essa sentença vem nos mostrar que a gestão tem que ter um limite. E nós, servidores, não podemos nos calar diante das violências que são praticas, diante do amedrontamento que se faz. A prática criminosa dos gestores tem

que ser levada para que o judiciário faça o papel deles de assegurador da ética pública.

Ascom: Você entrou no Ifal em dezembro de 2010 e já em janeiro de 2011 viveu um episódio que pode-se considerar o começo do assédio?

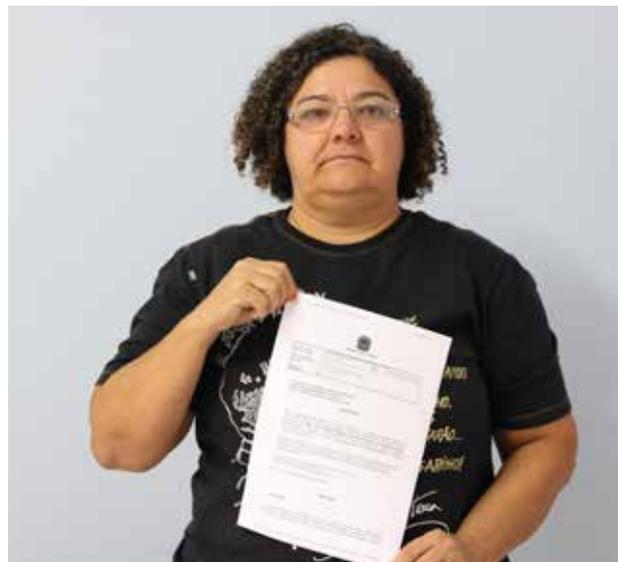
EP: O início do meu mau-estar no Ifal começou quando eu denunciei a cobrança irregular da taxa de matrícula (câmpus Satuba). Eu fiz aquilo o que a lei nº 8.112 manda, procurei meu chefe imediato para dizer que aquela conduta era irregular, era ilegal, e logo após eu procurei o Reitor para dizer que o câmpus estava cobrando uma coisa que não poderia cobrar. O reitor não adotou nenhuma postura imediata, só veio a cancelar a possibilidade de cobrança para o ano seguinte, mas não obrigou a devolução de recurso. A partir daí, o câmpus passa a ter uma postura em relação a mim de retaliação.

Ascom: Existiam muitas irregularidades no câmpus Satuba?

EP: A taxa de matrícula foi só a primeira. Eu fiz denúncia de material comprado que não tinha nenhuma utilização no câmpus que, portanto, caracteriza como desperdício e isso vai contra o princípio da eficiência. Toda uma gestão muito precária e negligente com relação à coisa pública. Além de todos os aspectos pedagógicos que eram absolutamente negligenciados no câmpus.

Ascom: A abertura do PAD é ápice dessa retaliação?

EP: Fui incluída no PAD como vingança e o que eles queriam eram me demitir. Eles usavam o processo administrativo como forma de intimidar e de nos calar. Isso ficou soberbamente demonstrado durante a instrução processual.



Decisão judicial:
“Condenar a parte ré ao pagamento em favor da parte autora, a título de indenização por danos morais, no valor de R\$ 17.000,00”

O PAD foi conduzido de forma absolutamente amadora. As pessoas não tinham conhecimento dos ritos e não respeitavam o devido processo legal e, por tudo isso, o judiciário reconheceu a culpa do Ifal. Fui testemunha das agressões sofrida pelos professores e o Ifal me transformou em ré no processo administrativo, de testemunha a ré. Ao me transformar em ré consolidava sua vingança.

Ascom: Como você e os outros professores ameaçados de demissão resistiram durante os três anos de PAD?

EP: Desde o início desse processo, eu nunca pedi afastamento, suportei todos esses anos com a dignidade que sempre caracterizou a minha vida de maneira geral, mas isso não seria possível sem a rede de solidariedade que se estabeleceu em torno dos quatro. Essa rede de solidariedade que envolveu nosso sindicato local e o sindicato nacional.

Nós conseguimos fazer com que o reitor recuasse porque era certo que o reitor ia assinar nossa demissão. Depois da visita à Comissão de Direitos Humanos do Senado, o

Reitor nos chama para dizer que iria arquivar o processo administrativo. E afirmei a ele que ia buscar no judiciário reparação que eu julgava merecer ter pelo sofrimento imposto a mim durante todos esses anos. Sofrimento esse que não é pago e reparado por uma indenização monetária, não tem preço aquilo o que passei, a minha angústia, o sofrimento causado por uma injustiça.

Ascom: Qual a mensagem que você deixa para os/as servidores/as?

EP: Essa sentença vem sinalizar aos servidores que é possível sobreviver a um processo de assédio moral, que é preciso buscar a reparação, que é preciso, portanto, lutar, ser vigilante, para que a dignidade do servidor seja respeitada. É isso que a gente tem que ter em mente e não desistir da luta, mesmo quando ela se afigure muito difícil como foi esse processo. Que sirva de estímulo para que outras pessoas que são assediadas cotidianamente no Ifal. O sindicato é nossa trincheira de luta, um ponto que aglutina os servidores em busca daquilo que é essencial para nossa existência, que a luta em defesa de nossos direitos e da nossa dignidade.